Seminário Estadual da Política Antimanicomial

26 e 27 de novembro de 2026

Local: Auditório-Teatro do Prédio do Foro Central II
Porto Alegre/RS

PROGRAMAÇÃO

DIA 1

26/11 (quinta-feira) – Política Antimanicomial, Justiça e Direitos Humanos

8h30 **Abertura cultural: Nau da Liberdade**

Apresentação da Nau da Liberdade, coletivo artístico de Porto Alegre/RS formado em 2013 que une teatro, música e saúde mental. A abertura traz para o centro do evento a arte produzida a partir da experiência e da luta antimanicomial, lembrando que a liberdade é também criação, expressão e presença na cidade.

9h30 **Mesa de abertura: O cenário atual da Política Antimanicomial no TJ/RS**

A mesa de abertura reúne as instituições responsáveis por implementar a Política Antimanicomial do Poder Judiciário no Rio Grande do Sul, ao lado da sociedade civil e do movimento social. Cada representação apresenta em que ponto está sua atuação, quais compromissos já assumiu e quais desafios enxerga, compondo um retrato do estágio atual da política no estado e situando os debates dos dois dias.

10h45 **Café e pausa**

11h **A implementação da política antimanicomial do Judiciário: reflexões**

A mesa trata da passagem da norma à prática - como a política antimanicomial vem sendo implementada nos tribunais, nas varas de execução e nos serviços, com atenção especial à experiência do Rio Grande do Sul. Estão em debate os fluxos entre Judiciário e rede de saúde, a revisão das medidas de segurança, os projetos terapêuticos singulares e os obstáculos concretos encontrados por quem conduz esse processo no cotidiano.

12h30 **Almoço**

14h **Mesa 2: A política antimanicomial no sistema de justiça brasileiro: desafios e caminhos após a Resolução CNJ nº 487/2023**

A Resolução CNJ nº 487/2023 instituiu a Política Antimanicomial do Poder Judiciário, levando à esfera penal os princípios da Lei nº 10.216/2001 e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A mesa faz um balanço do que mudou desde sua edição, discute as resistências e os impasses na substituição dos hospitais de custódia por cuidado em liberdade e aponta caminhos para que Ministério Público, Defensoria, Judiciário e universidade atuem de forma articulada na garantia de direitos das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei.

16h30 **Café e pausa**

17h **Mesa 3: Direitos humanos, sistema penal e saúde mental**

A mesa encerra o primeiro dia ampliando o olhar para a relação entre punição, loucura e direitos humanos. Discute como o sistema penal historicamente produziu exclusão e institucionalização das pessoas em sofrimento psíquico, os efeitos do encarceramento sobre a saúde mental e os compromissos éticos e políticos necessários para afirmar a dignidade, a liberdade e o cuidado como direitos de todas as pessoas.

DIA 2

27/11 – Rede de Atenção Psicossocial e articulação interinstitucional

8h30 **Mesa 4: Rede de Atenção Psicossocial e cuidado em liberdade**

A mesa apresenta a necessidade do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como fundamento para o cuidado. Discute o papel da Atenção Primária à Saúde, dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dos Serviços Residenciais Terapêutico (SRT) e demais dispositivos da rede e os desafios de promover um acolhimento integral, livre de estigmas e pautado na articulação entre Saúde, Assistência Social e Justiça.

9h30 **Mesa 5: Tecendo o cuidado no território: experiências e desafios da desinstitucionalização**

Reúne pessoas usuárias e trabalhadoras da saúde para compartilhar práticas de atenção psicossocial construídas nos territórios, destacando como o cuidado em liberdade se efetiva fora dos espaços asilares. A partir de trajetórias, debate as potencialidades, os desafios e os arranjos comunitários necessários para sustentar processos de desinstitucionalização e reinserção social.

10h30 **Café e pausa**

10h45 **Mesa 6: Acompanhamento das medidas terapêuticas, desinstitucionalização e o papel da EAP**

A mesa discute o acompanhamento das medidas terapêuticas e o trabalho das EAPs na mediação entre Judiciário e rede de saúde. Com base na experiência do Rio Grande do Sul, aborda a saída das pessoas do Instituto Psiquiátrico Forense, a construção de projetos terapêuticos singulares e os desafios de articular as instituições em torno de cada percurso.

11h45 **Apresentação cultural: BANDA OS LOKOS D´CARA**

Apresentação da banda Loucos de Cara. A abertura afirma a arte e a convivência como parte do cuidado em liberdade e dá o tom do segundo dia, dedicado à rede e às pessoas que a constroem.

12h **Almoço**

14h **Mesa 7: Desinstitucionalização como princípio do cuidado: caminhos pela autonomia e vida em liberdade**

Toma como ponto de partida a experiência vivida da desinstitucionalização, como princípio do cuidado, por meio de diálogo entre pessoas usuárias e trabalhadoras da RAPS. A mesa discute como o cuidado em liberdade se materializa na vida, abordando autonomia, reconstrução de vínculos e os sentidos práticos da superação do modelo manicomial.

15h45 **Café e pausa**

16h **Artinclusão: exposição de arte do IPF**

Visita mediada à exposição de produções artísticas realizadas no IPF. A atividade apresenta a arte como expressão, autoria e identidade.

17h **Plenária final**

Espaço coletivo de síntese dos dois dias. A plenária sistematiza as discussões, retoma os principais desafios e propostas surgidos nas mesas e elabora recomendações e encaminhamentos institucionais para fortalecer a política antimanicomial e o cuidado em liberdade no Estado.

Faça sua inscrição

pelo QRCODE ao lado ou pelo link abaixo:

https://bit.ly/488g0Zr

Defensoria Pública – Estado do Rio Grande do Sul · Polícia Penal – Estado do Rio Grande do Sul · OAB Rio Grande do Sul · UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul · TJRS – Corregedoria-Geral da Justiça · Ouvidoria Defensoria Pública – Estado do Rio Grande do Sul · CCPDA – Conselho da Comunidade na Defesa de Porto Alegre · Governo do Estado Rio Grande do Sul – Secretaria da Saúde · Governo do Estado Rio Grande do Sul – Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo · MPRS – Ministério Público do Rio Grande do Sul · EAP-Desinst · Associação Hospitalar Vila Nova · CREMERS – Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul · AJURIS